

De 01 a 08 de abril de 2016 - Edição nº 040

APÓS OCORRÊNCIA DE MARIA DA PENHA, DELEGADO DE POLÍCIA CONSEGUE ALTERAÇÕES NA LEI

Após incansáveis esforços das Entidades Integradas, na última terça-feira, 29/03, a Câmara dos Deputados aprovou novos procedimentos no atendimento policial e pericial nos casos de violência contra a mulher. Nos bastidores, pouco antes da votação, foi possível inserir no novo texto fragmentos do PL 6433 que benefi-



ciam a vítima de violência doméstica e trazem maior agilidade ao trabalho do delegado de polícia.

Seguem alterações:

“Art. 12-B Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou integridade física e psicológica da vítima ou seus dependentes, **a autoridade policial**, preferencialmente da delegacia de proteção à mulher, poderá aplicar provisoriamente, até deliberação judicial, as medidas protetivas de urgência previstas no inciso III do art. 22 e nos incisos I e II do art. 23, intimando desde

logo o defensor.

§ 1º O juiz deverá ser comunicado no prazo de 24 horas e poderá manter ou rever as medidas protetivas aplicadas, ouvido o Ministério Público no mesmo prazo.

§ 2º Não sendo suficientes ou adequadas as medidas protetivas previstas no caput, **a autoridade policial** representará ao juiz pela aplicação de outras medidas protetivas ou pela decretação da prisão do autor.

§ 3º **A autoridade policial** poderá requisitar os servi-

ços públicos necessários à defesa da vítima e seus dependentes.”

As Entidades Integradas não podem deixar de destacar os esforços do delegado de polícia Thiago Costa, que diante de um caso concreto teve a iniciativa de começar a luta por esta causa e redigiu parte desta proposta para que casos de Maria da Penha não venham a ser meras estatísticas. Agora o texto segue aprovação no Senado.

Nota de Repúdio

A Associação e o Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal - ADEPOL&SINDEPO, vêm a público repudiar veementemente o repetido desprestígio à instituição Polícia Civil do Distrito Federal ao substituir Delegados de Polícia do Distrito Federal por pessoas estranhas aos quadros dessa valorosa instituição.

Essa conduta se verificou na substituição do Chefe

da Assessoria Judiciária, da Assessoria Especial e, agora, da Subsecretaria de Inteligência, todos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

A Subsecretaria de Inteligência, desde a sua criação e em face da natureza de suas competências, tem as suas atividades desempenhadas por servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, especialistas em atividade de inteligência

policial, os quais sempre promoveram valiosas contribuições à Segurança Pública do Distrito Federal, ao longo dos anos.

Contudo, desrespeitando a vocação desses especialistas e desmerecendo a instituição Policial Civil, o Senhor Governador, mais uma vez, menospreza os quadros de servidores do Distrito Federal.

AUDIÊNCIA PÚBLICA: PLP 257/2016

Na tarde desta sexta-feira, 01/4, as diretorias das Entidades Integradas participaram de audiência pública na Câmara Legislativa sobre o Projeto de Lei Complementar 257/2016, que está em tramitação na Câmara dos Deputados em caráter de urgência e pode ser aprovado a qualquer momento.

O projeto altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal no que



se refere aos gastos com pessoal ativo e inativo. Além disso, o PLP visa a repactuação de dívida dos Estados e do Distrito Federal com a União. A proposta é gravíssima e afeta severamente o serviço público, inclusive a Polícia Civil do DF. "É importante destacar o desrespeito aos direitos adquiridos dos aposentados, que mediante a aprovação deste projeto

Para os presidentes da Adepol e do Sindepo, a aprovação deste projeto

irão perder a paridade com os ativos”, enfatizou o presidente da Adepol, José Werick de Carvalho.

A audiência pública foi promovida pelo deputado Wasny de Roure (PT), que disse ser “uma falta de caráter de quem propôs isso aqui (PLP 257/16), isso sim é um golpe contra o servidor”. O encontro na Câmara Legislativa contou com a participação de diversas entidades de classe que pretendem organizar mobilizações nos próximos dias.



NA MÍDIA



LEGISLATIVO/ Aprovação do Projeto de Lei pela Comissão de Constituição e Justiça leva Conselho dos Direitos da Mulher a pedir audiência pública sobre o tema, antes da aprovação em plenário. Autor da matéria quer vê-la em votação na próxima semana.

Proposta antiaborto questionada

13/03/2014

O Conselho dos Direitos da Mulher de Curitiba pediu a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal que suspenda o Projeto de Lei 113/2013, que altera o Código Penal e pune a interrupção voluntária da gravidez. A proposta, conhecida como "Lei da Vida", foi aprovada pelo Conselho em 12 de março.

Atenção: a proposta deve ser rejeitada, e não aprovada. Especialmente em casos de violência sexual e de risco de morte para a gestante.

Atenção: a proposta deve ser rejeitada, e não aprovada. Especialmente em casos de violência sexual e de risco de morte para a gestante.



Projeto sobre direitos da mulher, em sessão de trabalho

Fundamentalmente, a ideia de estabelecer a interrupção voluntária da gravidez como crime é contrária à Constituição e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Atenção: a proposta deve ser rejeitada, e não aprovada. Especialmente em casos de violência sexual e de risco de morte para a gestante.

Atenção: a proposta deve ser rejeitada, e não aprovada. Especialmente em casos de violência sexual e de risco de morte para a gestante.

CORREIO BRAZILIENSE

O Sindicato e a Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal se manifestaram sobre a troca que consideraram um "desprestígio" para uma instituição e um "desrespeito à vocação da classe".

Leia mais: <http://goo.gl/3KRCNn>

NA MÍDIA

DIÁRIO do PODER DF

MELHOR SITE PRÊMIO ENGENHO

@diariodopoder

metro 17:02

EMBATE DE DELEGADOS

DELEGADOS REPUDIAM PERDA DE CARGO NA INTELIGÊNCIA DO DF

ADEPOL E SINDEPO DIVULGARAM NOTA DE REPÚDIO

Publicado: 01 de abril de 2016 às 13:55 - Atualizado às 15:50

PUBLICIDADE

ARTIGOS

ALMIR PAZZIANOTTO
PINTO
REPRESENTANTES DO POVO

Em nota divulgada, o Sindepo e a Adepol disseram que o governador Rollemberg está “desrespeitando a vocação desses especialistas” e “desmerecendo a instituição policial civil, mais uma vez, menosprezando os quadros de servidores do DF”.

Leia mais: <http://goo.gl/5AFwWZ>

NA MÍDIA

22 JORNAL DE BRASÍLIA Brasília, quinta-feira, 18 de março de 2016

ponto do servidor Millena Lopes
pontoservidor@jornalbrasil.com.br

Nomeação de delegado da PF gera indignação

A nomeação do tenente delegado da Polícia Federal para o cargo de subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e Pós-Sucesso do DF gera indignação. Polícia Civil, Euzébio Clemente e Luperfina. O delegado federal Cláudio Abreu (Banco de Indígenas) "nota de repulsa". A nomeação de Euzébio Clemente para o cargo de subsecretário de Inteligência da Polícia Civil, assim como, a criação de pessoas da segurança pública, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do DF, que há tanto tempo tem dada sua contribuição para a segurança do DF, mas que, ao mesmo tempo, não tem a necessária condição de "trabalho", segundo o delegado.

Desprestígio

Também se constatou o desprestígio à Secretaria e Associação dos Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal, para quem marcou o "desprestígio" a nomeação da Polícia Civil, já que o serviço em questão é "seu" e não o do delegado. Em nota, as autoridades afirmam que o cargo, desde a criação e em face da falta das competências, sempre foi em função por servidores da Polícia Civil experientes em inteligência policial. "Desprestigiando a criação de uma instituição, cujos valores primários são valores constitucionais", Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em nota, afirma que o governador, ao nomear o delegado, não criou um desprestígio em função de servidores de DF, pois houve a substituição, diz a nota.



Equipamentos de fora

Na audiência pública que discutiu sobre a segurança das viaturas da Polícia Militar do DF, o principal assunto foi a aquisição de equipamentos e equipamentos importados, a exemplo do Grupo de Bombas. A categoria ganhou o apoio dos deputados da Comissão de Segurança, deputado federal Roberto Magalhães (sem partido), de aprovação emenda ao orçamento para a compra desses equipamentos, a fim de evitar, entre outros problemas, os equipamentos que vêm acionando os serviços no DF.

Mais baratos

O governo federal pretende é pagar um preço internacional para compra de viaturas, preparando importações, comunitários, considerando o exemplo francês. Rivaldo de Figueiredo, chefe de Gabinete, afirmou: "A aquisição pública serve para dar publicidade e dar legitimidade ao processo de aquisição", explicou o parlamentar.

tá falado

"O PLC 257 é um retrocesso. Já solicitamos que o Executivo retire a proposta, que mistura dívida dos estados com Lei de Responsabilidade Fiscal. Estou apresentando sete emendas para a proteção dos direitos do servidor. Não vamos assistir calados a este ataque."



Euzébio Clemente (PP-DF), deputado federal

CODEVASF Ministério do Planejamento

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALIOSOS SÃO FRANCISCO E DO PARAGUAI

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 3/2016

OBJETO: Remanejamento de viaturas em plena posse dos proprietários da Companhia de Desenvolvimento dos Valiosos São Francisco e do Paraguai - CODEVASF, inscrita no CNPJ nº 06.908.807, em Brasília - DF, para entrega em 02/04/2016 e no site: www.companhia.gov.br

Jornal de
Brasília
com.br

Em nota, as instituições (Adepol & Sindepol) reiteraram que o cargo, desde a criação e em face da natureza das competências, sempre foi ocupado por servidores da Polícia Civil especialistas em inteligência policial.

Leia mais: <http://goo.gl/8DIAqk>

NA MÍDIA



O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, Benito Tiezzi, afirmou que a decisão é um desrespeito.

“Não conheço o colega da PF que assumirá o cargo, mas esse trabalho feito na SI é o nosso metiê. Será que nenhum dos 360 delegados da Polícia Civil do DF tinha capacidade para assumir o cargo?”, questionou Tiezzi.

Leia mais:

<http://goo.gl/RHmYk2>

As Entidades Integradas – Adepol & Sindepo – em parceria com a Polícia Civil do DF estão organizando o Workshop “Práticas inovadoras na condução do inquérito policial”. O evento, marcado para o mês de junho, será apresentado por Delegados de Polícia do DF. Serão detalhados casos concretos de destaque, bem como as técnicas utilizadas para o sucesso da investigação.

Inscrições até o dia 20/05:

enviar nome completo + matrícula + contato telefônico para:

secretaria@sindepodf.org.br

Vagas limitadas!

WORKSHOP

PRÁTICAS INOVADORAS NA CONDUÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

02 e 03

JUNHO 2016

****Vagas limitadas**

Local: Auditório do DPE

INSCRIÇÕES:

Até o dia 20/05

Enviar nome completo + matrícula + contato telefônico para:

secretaria@sindepodf.org.br

Realização:



CONSELHO EDITORIAL

Presidente da ADEPOL: Dr. José Werick de Carvalho

Presidente do SINDEPO: Dr. Benito Augusto Galiani Tiezzi

Diretor de comunicação: Ronney Matsui

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

Jornalista responsável: Taynara Melo

Diagramação: Kátia Karina

Facebook: <https://www.facebook.com/AdepoleSindepodF>

Facebook: <https://www.facebook.com/QueroSerDelegadoOFICIAL>

Twitter: @AdepolSindepodF

E-mail: imprensa@adepolsindepod.org.br

ADEPOL-DF (61) 3233-0068

SINDEPO-DF (61) 3234-0575